

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : _____

DATA : 23 07 87PG. : CAPA

Bird considera Funai inepta na Cuiabá—P. Velho

A segurança e a saúde dos índios na área de influência do Polonoroeste estão seriamente ameaçadas, afirmam técnicos do Banco Mundial (Bird), que por 20 dias visitaram a região próxima à BR-364 (Cuiabá—Porto Velho). A área foi invadida por madeireiros e garimpeiros com a colaboração de funcionários da Funai. Relatório que o banco enviou à Funai aponta pouco rigor com os invasores e total falta de controle e eficiência dos serviços de saúde. Com isso, o Brasil poderá perder 500 milhões de dólares em financiamentos. (Página 5)



Bird relata incompetência da Funai no Polonoroeste

*Kido Guerra e
Cléber Praxedes*

BRASÍLIA — “A segurança e a saúde dos índios da área de influência do Polonoroeste estão seriamente ameaçadas, pois o órgão incumbido de defender os seus interesses parece desequipado diante da realidade indígena brasileira”, afirma relatório de técnicos do Banco Mundial (Bird). Durante 20 dias, a missão visitou diversos postos e áreas indígenas onde estão os 30 mil índios de diversas etnias que vivem próximos à rodovia BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho.

Em praticamente todas as 69 áreas indígenas, a missão constatou irregularidades que vão da presença ilegal de madeiras e garimpos de ouro, com a colaboração de funcionários da própria Funai, à precariedade de todo o sistema de saúde. São constantes surtos epidêmicos de tuberculose, sarampo e malária, sem o devido acompanhamento médico, que é responsabilidade exclusiva da Fundação.

Madeiras — As constatações da viagem — que registrou um grave incidente na área indígena de Aripuanã (MT) foram registradas e consolidadas em amplo relatório encomendado pelo próprio vice-presidente do Bird, David Knox, e enviado ao presidente da Funai, Romero Jucá Filho. A missão do Bird destaca a presença de madeiras em pelo menos cinco áreas indígenas (Aripuanã, Tubarão Latunde, Roosevelt, Igarapé Lourdes e Sete de Setembro),

além de extração irregular de ouro em Aripuanã.

“Os administradores das áreas indígenas, os encarregados dos postos e, às vezes, os próprios índios fazem acordos à revelia dos regulamentos existentes, permitindo a extração de madeiras, ouro e a construção de estradas e outras atividades possivelmente nocivas ao bem-estar dos índios” — diz o relatório. “Os índios estão sendo manipulados por não índios e insuflados a praticar atos ilegais e até violentos, justamente para encobrir atividades irregulares”.

Pouco rigor — Severas críticas são feitas, sobretudo, à desestruturação do aparelho administrativo da Funai, onde se destacam “a evasão de pessoal qualificado, a ineficiência da comunicação entre os postos, áreas indígenas, administrações e superintendências regionais com a sede da Funai.

“A descentralização da Fundação, anunciada há mais de um ano, ainda não foi totalmente implantada; há atrasos na demarcação de áreas indígenas já identificadas e na homologação e registro de áreas já demarcadas, como Rio Mequens e Rio Guaporé. A Funai tem se mostrado pouco rigorosa com aqueles que teimam em invadir para depredar o ambiente natural em área indígena, há morosidade na remoção de posseiros e na alienação de madeira apreendida em terras indígenas.”

A total falta de controle e eficiência dos serviços de saúde das áreas indígenas, registrada pela missão do Bird, tem seu

maior exemplo na utilização de remédios guardados em vasilhas “com datas de vencimento de até cinco anos atrás”, como ocorre na aldeia Barranco Vermelho, da área indígena de Erikbathsa (MT). Os técnicos da missão constataram também a falta de preparo dos atendentes, que trabalham “sem quaisquer critérios médicos e/ou epidemiológicos, e com “deficiência de equipamentos e informações”.

Doenças — Só nos últimos doze meses, houve surtos epidêmicos de sarampo (em Igarapé Lourdes), tuberculose (áreas indígenas de Rio Negro Ocaia, Pacas Novos, Igarapé Ribeiro, Igarapé Lages, Erikbathsa e Sete de Setembro), além de malária, em todas essas regiões.

O cronograma de imunização está atrasado em todas as áreas, a borrifação contra o mosquito da malária não tem sido feita com regularidade, há casos de suspeita de tuberculose em que não são feitos testes de comprovação e faltam remédios de primeira necessidade, como soro antioidótico e antigripais.

Na administração regional de Riosinho (RO) a situação é gravemente destacada: “há muitos meses que nenhuma aldeia da área recebe atenção da equipe médica de Riosinho”, e, na casa do índio do município, o atendimento é feito “apenas entre 6h30min e 7h30min”.

Apesar dessas constatações, o relatório renova o interesse do Bird em examinar um plano de saúde para toda a região do Polonoroeste, a ser financiado diretamente pelo banco.

FONTE : J 13

CLASS. : _____

DATA : 23 07 87

PG. : 05

Brasil pode perder US\$ 500 milhões

Os 500 milhões de dólares destinados ao setor elétrico e novos financiamentos do Banco Mundial para o governo brasileiro poderão ficar comprometidos com o último relatório da missão do banco que critica a atuação da Funai nas áreas indígenas do Polonoroeste. "O relatório poderá atrapalhar", admitiu ontem o coordenador do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), Miguel Angelo Arab.

Isto porque o governo, através da Funai, não está cumprindo, devidamente, o contrato firmado com o Banco Mundial em 1981, em que se comprometeu a "fortalecer medidas para proteger a população indígena da área do programa", como condição fundamental para a liberação de 170 milhões de dólares destinados ao asfaltamento da BR-364.

Cinco anos depois de iniciadas as obras da estrada, praticamente já concluídas, o Banco Mundial, através de sua última missão enviada ao Brasil para verificar as condições das populações indígenas do Polonoroeste — de 9 a 28 de

junho passado — constatou que as condições dos índios da região são precárias e põem em risco a sua saúde e segurança.

O contrato previa a demarcação de 3 mil 941 quilômetros o que afetaria aproximadamente 25 milhões de hectares de terras indígenas. Desse total, apenas a metade está devidamente homologada, segundo estima a missão do Bird. O governo se comprometeu também a prestar assistência médico-sanitária nas regiões demarcadas, seguindo determinação do Banco Mundial, que destaca a necessidade de "imunização de todos os indígenas na área do programa (estimados hoje em 30 mil) e fortalecimento da capacidade da Funai de combater as epidemias".

O contrato exige também "uma fiscalização eficiente da Funai para proteger de invasões as terras indígenas demarcadas", medidas que seriam acompanhadas, periodicamente, por missões do Banco Mundial à região do Polonoroeste. Em sua última visita de avaliação, o Bird reconheceu "alguns avanços e conqui-

tas" mas, de modo geral, não aprovou a atuação da Funai na região.

Esses compromissos teriam que ser assumidos pelo governo brasileiro, através do repasse à Funai, pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), de verba liberada pela Seplan. Até o momento, foram liberados 26 milhões de dólares destinados a obras de infra-estrutura e assistência médico-hospitalar.

Esse desconhecimento abrange ainda uma verba muito maior — 1 bilhão e 200 milhões de dólares — destinada a todas as atividades do Polonoroeste, e repassada pela Sudeco a todo o programa. Estão incluídos também os gastos com a demarcação das terras, construção de rodovias vicinais, núcleos de apoio à colonização e fortalecimento dos componentes ambientais, destinados à defesa e preservação do meio ambiente, além do acompanhamento do chamado "componente indígena", que determina proteção aos índios da região, que abrange os estados de Mato Grosso e Rondônia. (K.G. e C.P.)

FONTE : JB

CLASS. : _____

DATA : 23 07 87PG. : 05

Dólares do banco foram desviados

Dos 450 milhões de dólares destinados pelo Banco Mundial ao Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil — Polonoroeste —, o governo brasileiro desviou no segundo semestre de 1985 para o Programa Emergencial do Nordeste — Enchentes —, 60 milhões de dólares, dos quais só foram utilizados 15 milhões de dólares. Os outros 45 milhões de dólares estão depositados em banco com o governo pagando taxa de compromisso (espécie de juro), conforme determina o contrato assinado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial.

"A verba não pode ficar parada e tem que ser utilizada", explicou um técnico da Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste. O contrato para a execução do programa foi assinado com o Banco Mundial em 1981 e prevê a aplicação financeira até 1989 de 1 bilhão e 200 milhões de dólares para o desenvolvimento dos estados de Mato Grosso e Rondônia. O Banco Mundial financiou ao governo 450 milhões de dólares.

Pelo contrato assinado, o programa prevê:

- 1 — A construção da BR-364 que liga Porto Velho a Cuiabá.
- 2 — Estradas vicinais em Rondônia e Mato Grosso.
- 3 — Estruturação e fortalecimento do departamento de estrada de rodagem em Rondônia.
- 4 — Projeto de desenvolvimento rural integrado de Rondônia.
- 5 — Projeto de desenvolvimento rural integrado de Mato Grosso.
- 6 — Preservação ambiental em Rondônia e Mato Grosso.
- 7 — Saúde em Rondônia (combate à malária, pesquisas em saúde e serviços de saúde).
- 8 — Colonização de novas áreas em Rondônia (assentamentos, etc...)
- 9 — Projeto de apoio às comunidades indígenas nos dois estados.

O programa envolve, além da Sudeco, os seguintes órgãos: Funai, IBDF, CNPQ, Inbra, Sema, Sudhevea, Ceplac, Sucam, Emater, e as secretarias de Saúde, Educação, Agricultura, Desenvolvimento Social e Transportes.



Arquivo

Os índios defenderam garimpo instalado em suas terras

O ataque dos cintas-largas

A agressão que os técnicos da missão do Banco Mundial sofreram de um grupo de índios cintas-largas, no posto indígena de Rio Preto (área indígena de Aripuanã-MT), em 19 de junho passado, foi comandada por garimpeiros instalados ilegalmente no local, com a cumplicidade de funcionários da Funai.

A denúncia consta de carta complementar ao relatório da missão do banco, enviada ao coordenador do Polonoroeste, Miguel Angelo Arab, em Brasília, que recomenda, com urgência, a adoção de "medidas enérgicas" para impedir o "garimpo ilegal".

Chefiados pelo cacique Naki, os índios do posto de Rio Preto impediram que a missão, que viajava com funcionários da Funai e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), entrassem na área, onde funciona, desde 11 de junho, um garimpo ilegal de ouro, em que trabalham 37 pessoas.

Com tiros para o alto, socos e gritos, dizendo que "ninguém vai tirar os garimpeiros daqui", os índios só se acalmaram quando lhes foi dito que o interesse da missão era verificar as condições de saúde e higiene do posto e que não pretendia acabar com o garimpo, atribuição da Funai e não do Banco Mundial.

Durante o incidente, os técnicos do Bird tomaram conhecimento, pelos pró-

prios índios, que "gente da Funai" estaria colaborando com os garimpeiros chefiados por um homem chamado Valdeir, da cidade de Alta Floresta (MT), os garimpeiros prometeram aos funcionários da Funai, sob a condição de poderem extrair ouro no local, um sistema hidráulico e um gerador de eletricidade.

A situação do posto, hoje, é "precaria", como destaca o antropólogo Daniel Gross, chefe da missão do Bird. A presença dos garimpeiros dividiu os cintas-largas da região, pois nem todos concordam com o garimpo. Além disso, o próprio chefe do posto, João Andrade de Souza, está "em perigo de vida", pois, durante o incidente, foi feito refém pelo grupo de índios e só foi solto após a garantia da missão de que os garimpeiros não seriam expulsos.

O relatório pede ainda que o incidente, o mais grave registrado nos 20 dias de trabalho da missão na área de abrangência do Polonoroeste, seja devidamente apurado pela Funai, indicando "a responsabilidade pelo ocorrido". O chefe da missão do Bird pede também que seja remetida, pela Funai, "uma cópia do relatório da referida apuração ao Banco Mundial dentro de um prazo de 30 dias". O documento foi enviado em 7 de julho para a Funai e, 15 dias depois, a Fundação ainda não divulgou o fato. (K.G. e C.P.)

FONTE : O ESP

CLASS. : _____

DATA : 24 07 87PG. : 10

Funai contesta relatório

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, contestou ontem as informações do relatório técnico do Banco Mundial a respeito da área de abrangência do Programa Integrado de Desenvolvimento da região Noroeste do Brasil (Polonoroeste) sobre saúde e segurança indígena, exploração mineral e florestal. O Polonoroeste abrange os estados de Mato Grosso e Rondônia, onde o banco investe recursos desde 1981 para o asfaltamento da BR-364, com o compromisso da Funai de proteger a população indígena que habita nas suas margens.

Segundo Jucá Filho, o relatório da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), de São Paulo, encomendado pelo Banco Mundial, "é sensacionalista, emocional e da ótica de quem quer deturpar os fatos e desmoralizar a Funai". Para ele, o Banco Mundial não poderá se basear em tais informações e ele próprio foi conversar ontem com o diretor-chefe

do Bird para o Brasil, Jan Wijnanb, para dar a versão da entidade.

Mesmo contestando o conteúdo do relatório, Jucá Filho admitiu que o serviço de saúde na área indígena do Polonoroeste é deficitário, e que o órgão só agora poderá contratar médicos com salários de Cz\$ 35 mil a Cz\$ 40 mil para exercer as funções. Sobre a questão dos garimpos dentro das reservas, os problemas de saúde ali gerados e o processo de alcoolismo vivido pelos índios, Jucá disse ao banco que isso será resolvido com a entrada das mineradoras nas áreas e a retirada dos garimpeiros.

O presidente da Funai também concordou que a presença das madeiras dentro das reservas é prejudicial aos índios e causa o empobrecimento de suas terras, mas respondeu ao Banco Mundial que está preparando uma legislação sobre a exploração florestal, com base no Estatuto do Índio, que entrará em vigor até dezembro de 1987. Jucá garantiu que a disciplina que a Funai vai impor será benéfica aos índios.